

REDES SOCIAIS E MÍDIA TRADICIONAL: DISPUTA E ARTICULAÇÃO NA SIGNIFICAÇÃO DO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF ¹

SOCIAL MEDIA AND TRADITIONAL MEDIA: DISPUTE AND ARTICULATION ON DILMA ROUSSEFF'S IMPEACHMENT SIGNIFICATION

Letícia Baron ² ; Michele Diana da Luz ³

RESUMO: A partir da teoria do discurso laclauniana, faz-se uma análise da relação estabelecida entre os discursos dos Movimentos Endireita Brasil, Brasil Livre e Vem pra Rua e da grande mídia nacional - representada pelos jornais A Folha de São Paulo e O Globo - no período que envolve o processo e o julgamento da então Presidente da República, Dilma Rousseff. As análises demonstraram que as Organizações Globo e a Folha de São Paulo, no início do processo de *impeachment*, desmotivaram o prosseguimento do processo, afirmando preocupação com a instabilidade política que poderia gerar. Esta atitude foi amplamente criticada pelos movimentos. Com o aumento das manifestações e a adesão de diversos segmentos ao pedido de Impeachment, O Globo reconsiderou seu posicionamento, cobrindo amplamente os eventos que resultaram no afastamento de Dilma. O posicionamento da Folha, contudo, manteve-se até o final do processo.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Mídia. Impeachment.

ABSTRACT: Using laclaunian discourse theory, the paper analyses the relation set between the discourse of the groups Endireita Brasil, Brasil Livre e Vem pra Rua and the mainstream national media vehicles - represented by the newspapers A Folha de São Paulo and O Globo - in the time Dilma Rousseff, then President, was tried and prosecuted by the Congress. The analysis has shown that O Globo and A Folha de São Paulo were, at the beginning of the impeachment process, discouraged the continuance of the process,

¹ Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de 10 a 12 de maio de 2017.

² Doutorandas em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas. Contato: letibaron@hotmail.com;

³ Doutorandas em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas. Contato: micheledluz@gmail.com

showing concern with the political instability the prosecution could cause. This stance was widely denounced by the movements by the time. As the protests increased, as well as many groups came to endorse the impeachment process, O Globo reconsidered its position and made a vast coverage of all the events that resulted in Dilma's impeachment. A Folha, however, maintained its position till the end of the process.

KEY-WORDS: Discourse. Media. Impeachment.

Introdução

O processo de *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff foi um episódio que marcou a história política brasileira por dois pontos principais. Primeiramente, por trazer à tona a fragilidade de nossa recente democracia. Em segundo lugar, por expor o poder de organização de correntes ideológicas que até então presumiam-se esquecidas ou minoradas. Como pano de fundo, as redes sociais despontaram como o local apropriado para a identificação, organização e difusão de discursos oponentes ao governo petista, assim como possibilitando a articulação destes. Neste cenário de reconfiguração comunicacional, a mídia tradicional não escapou ao discurso de crítica ideológica, tendo seu posicionamento constantemente questionado.

Transpondo as fronteiras digitais, os referidos discursos tomaram as ruas e adquiriram um status de manifestações de massa, operacionalizando, ainda que de forma pouco clara, a unificação de sentidos antagônicos ao governo petista. Ante a pressão das ruas, alguns veículos de comunicação de massa viram-se impelidos a inflexionarem-se diante do discurso que despontava. Dessa interlocução ocasionada entre os discursos da mídia tradicional e entre aqueles provindos das redes sociais, surgiu nosso questionamento de pesquisa. Ele visa elucidar como se dá a articulação entre estes dois discursos no desenrolar do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Para tanto, estabelecemos como objeto de nossa investigação os sentidos discursivos articulados em torno do significante "mídia" no período analisado, valendo-se das postagens realizadas pelos movimentos Movimento Brasil Livre, o Endireita Brasil e o Vem pra Rua em suas páginas oficiais no *Facebook*.

Para elucidar nossa questão, o período de análise estabelecido foi o abrangido entre dezembro de 2015 e agosto de 2016, período em que foi recebido, processado e julgado o processo de cassação da Presidente da República. A operacionalização da análise discursiva foi realizada através do *software* de análise qualitativa *NVivo* (QSR International), que permite a codificação e comparação dos dados através de sua disposição temporal, assim como das correlações existentes entre os diferentes discursos em um mesmo *nodo*.

1 A nova direita e as manifestações de 2015

O crescimento dos movimentos de apoio a partidos e atores políticos associados à direita do espectro ideológico é um fenômeno que tem ganhado cada vez mais espaço em diferentes países. Na Europa, esse discurso ressurgiu com força (seja em sua versão "tradicional" ou mediante sua face mais extremada), após considerável retração na década de 1990 e início dos anos 2000 (MUDDE, 2007). A eleição do Parlamento Europeu, em 2014, foi um expoente disso, quando a chamada "frente conservadora"⁴ logrou conquistar a maioria das cadeiras⁵. Semelhantemente, o recente episódio do *Brexit* (*Great Britain exit*)⁶ foi outro demonstrativo da conjuntura atual no continente europeu que chamou a atenção pelo mesmo motivo. Além de expor um posicionamento político até então não muito visível na Grã Bretanha, a decisão foi vista como um fator encorajador para líderes partidários de demais países (França, Holanda, Itália, Áustria, Suécia, Alemanha e Dinamarca) manifestarem interesse em realizar plebiscitos com o mesmo fim.

Longe de ser um fenômeno exclusivo do "velho mundo", a onda de movimentos "à direita" atravessou o oceano e vem se mostrando bastante proeminente na América do

⁴ Dentre os partidos considerados de extrema-direita que elencam este grupo estão: Frente Nacional (França), Aurora Dourada (Grécia), Partido Nacional Democrata Alemão, Partido dos Verdadeiros Finlandeses, Partido da Independência do Reino Unido, Partido da Liberdade da Áustria, Jobbik (Hungria), Partido Popular da Dinamarca e o Movimento 5 Estrelas (Itália).

⁵ Ainda que com plataformas distintas, os partidos da referida frente compartilham motivações muito próximas em seus discursos, dentre os quais são sobressalentes a exaltação ao nacionalismo, a conduta anti-imigração e a presença de propostas para a saída do Bloco Europeu.

⁶ Referendo realizado no dia 23/06/2016, no qual a maioria da população britânica votou pela saída do Reino Unido da União Europeia.

Norte e também ao sul do Hemisfério, como ficou atestado pela eleição de Donald Trump como 45º Presidente dos Estados Unidos da América, em novembro de 2016. Com traços distintos, o crescimento desta corrente do lado de cá do Atlântico caracteriza-se por ter maior expressão na figura dos atores políticos do que nos partidos que estes representam. Tal constatação não é novidade no que diz respeito às democracias contemporâneas. Já na década de 1990, Bernard Manin (1995), afirmou que a concentração na figura do ator político seria um dos resultados da possibilidade de interações entre os representantes e representados, viabilizada pelos meios de comunicação em massa, padrão de comportamento político eleitoral por ele denominado de "democracia do público" (MANIN, 1995; 2013).

No caso específico da cultura política brasileira, como demonstrou Marcello Baquero (1994; 2000), o perfil do eleitor é bastante pragmático e personalista, posicionamento que decorreria do descrédito e da desconfiança dos eleitores com relação à política e aos políticos, assim como de um sentimento de ineficácia da política (BAQUERO, 2000, p. 149). Diferentemente dos EUA e, principalmente, da Europa, no Brasil não há um partido político de grande expressão eleitoral que se auto-intitule abertamente porta-voz da ideologia de direita. O argumento mais aceito para esta "lacuna eleitoral", por assim dizer, é o de que tal postura decorre da imagem que habitualmente se faz da direita como a força militar dominante no período ditatorial brasileiro (1964-1985). Disto se depreende também a crença de que a redemocratização e as conquistas angariadas com a Constituição de 1988 havia, de certo modo, a extinguido. Acontecimentos recentes, no entanto, trazem à luz a necessidade de se repensar este suposto.

No contexto brasileiro, o crescimento do discurso de direita ganhou espaço nos últimos anos e chama a atenção por suas diferentes ramificações. Ele surge na contramão, ou até mesmo como possível resposta, às experiências observadas na América Latina nas últimas décadas. Após os anos de consonância ideológica com os demais países latinos vivenciados no Lulismo (SINGER, 2012) e que tiveram continuidade com a sucessão de Dilma Rousseff, os discursos de direita começaram a tomar vulto, ainda que de forma dispersa, e mostraram-se bastante evidentes nas manifestações ocorridas em diversas

idades brasileiras no ano de 2015⁶. Já na organização destas manifestações, pode-se perceber a força da internet, por meio das redes sociais, na formação e difusão de opiniões políticas. Organizadas e motivadas pelas redes sociais, sobretudo na plataforma *Facebook*, o impulso para a grande adesão às manifestações se deu por intermédio das páginas de três grupos principais: Movimento Brasil Livre, Endireita Brasil e Vem pra Rua⁷.

Além de expor uma miríade de descontentamentos de significativa parcela da população brasileira com o governo e com a classe política, estas manifestações trouxeram à tona diferentes sentidos em torno dos quais o discurso de oposição "à direita" foi se consolidando e que foram bastante significativos para a articulação do discurso pró-*impeachment* da então Presidente Dilma Rousseff. Além disso, os eventos realizados com esta finalidade deram voz à uma multidão com ideias e motivações políticas que pareciam, até então, isoladas. Ainda que se possa considerar que várias das propostas defendidas pelos manifestantes fossem contraditórias entre si, restou claro que a "condensação" dos discursos ali presentes logrou êxito. Antes de adentrarmos na análise destes discursos e dos sentidos que os compõem, faz-se necessário que tornemos clara a concepção de discurso por nós considerada neste trabalho.

2 Discurso e articulação de sentidos

A categoria de discurso que fazemos uso advém da teoria do discurso, linha teórica fundada pelos filósofos políticos Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1987)⁸. Vinculando-se à corrente pós-estruturalista, vertente teórica crítica das visões essencialistas da sociedade, o pensamento laclauiano pode ser mais adequadamente caracterizado como um "pensamento pós-estruturalista de matriz pós-fundacional" (MENDONÇA e

⁶ Avalia-se com frequência que o "gérmen" destas manifestações esteve presente já nas chamadas "Jornadas de junho", de 2013. Contudo, as manifestações a que se faz referência aqui dizem respeito a um discurso já mais articulado, marcadamente de oposição à ex-Presidenta Dilma Rousseff. Dentre estas, as de maior número de participantes ocorreram nos dias 15 de março, 12 de abril e 16 de agosto de 2015.

⁷ Inicialmente, englobamos em nosso estudo também a página do "Revoltados online", a qual foi excluída de nosso recorte por haver sido retirada do ar.

⁸ Difundida, sobretudo, a partir da obra *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics* (1987).

RODRIGUES, 2014, p. 38). Esta matriz pós-fundacionalista diz respeito principalmente à incorporação das noções da falta e de descentramento⁹, cuja influência pode ser percebida na afirmação do caráter contingente e precário que a teoria do discurso atribui às identidades e, conseqüentemente, ao próprio social. Tais características permitem entender o discurso enquanto uma prática articulatória, na qual a fixação ou o deslocamento de diferenças atravessa toda uma estrutura, materializada nas instituições, práticas e rituais de uma formação discursiva (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 183). Desta forma, a teoria do discurso concebe o social como um espaço discursivo, permeado pela disputa, pela contingência e pela precariedade dos fundamentos.

Daí procede o argumento dos autores sobre a inviabilidade da abordagem dos sujeitos e sociedades atuais, cada vez mais fragmentados, por vieses interpretativos essencialistas incapazes de capturar a complexidade dessas identidades. Para eles, as relações sociais constituem-se em torno de uma assimetria fundamental, que decorre da crescente proliferação das diferenças. Não sendo possível tratar uma sociedade como homogênea e “fundante de seus processos parciais”, os autores abdicam desta terminologia e empregam, em seu lugar, “o social”. Por possuir caráter constitutivo, o social é necessariamente desprovido de essência, devendo ser entendido em termos discursivos, ou como uma “estrutura discursiva”. Trata-se, então, de uma prática articulatória, que constitui e organiza as relações sociais (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 167).

A “não-essência”, por sua vez, não se restringe o social como um espaço amplo dentro do qual os indivíduos ou sujeitos “totais” relacionam-se, pois as identidades são também formadas por fixações parciais, sempre incapazes de fixarem-se totalmente. A não fixação última é, por sua vez, o que torna possível haver fixações parciais. Do contrário, o fluxo das diferenças seria impossível. À seu turno, para que hajam fixações parciais de sentidos, faz-se necessário que estes *articulem-se* na construção de um *discurso*

⁹ Trazida da filosofia de Jacques Derrida.

hegemônico.

A categoria de articulação, que é central na proposta de análise aqui delineada, fornece o ponto de partida para a elaboração que os autores fazem do conceito de hegemonia¹⁰. Conforme Laclau e Mouffe, a construção teórica desta categoria exige a consecução de duas tarefas, quais sejam: o estabelecimento da possibilidade de especificar os elementos que compõem a *relação articulatória* e a determinação do *momento relacional* específico que abrange dada articulação (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 167)¹¹. Para elucidar a maneira como essa articulação “age” na formação das estruturas discursivas, destacamos o seguinte trecho:

Chamaremos de *articulação* qualquer prática que estabeleça uma relação tal entre elementos, de tal modo que a sua identidade seja modificada como resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante desta prática articulatória, chamaremos *discurso*. As posições diferenciais, na medida em que apareçam articuladas no interior de um discurso, chamaremos *momentos*. Por contraste, chamaremos *elemento* toda diferença não discursivamente articulada (LACLAU & MOUFFE, 2015, p. 178, grifos do autor)

As noções de *momento* e *elemento* dizem respeito aos sentidos passíveis de serem *articulados* em um *discurso*. Sendo, como afirmado, toda identidade relacional e todo discurso subvertido (por um campo de discursividade que lhe excede), a transição de elementos para momentos nunca pode ser completa. Assim sendo, os elementos atuam, dentro do campo da discursividade como significantes flutuantes. Tais significantes são assim denominados por serem impossíveis de ser totalmente articulados em uma cadeia discursiva (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 188). A prática da articulação, portanto, consiste na construção de pontos nodais que fixam sentido parcialmente, e o caráter parcial dessa fixação advém da abertura do social, resultante, por sua vez, do constante transbordamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade.

¹⁰ O conceito de Hegemonia tem uma longa história. Sua elaboração pode ser encontrada já em Marx e Lênin e, posteriormente, Gramsci, de quem Laclau toma o conceito como base para, depois, reformulá-lo (PINTO, 2009, p. 102).

¹¹ Os conceitos de articulação e hegemonia elaborados por Laclau e Mouffe têm influência da formulação althusseriana destas categorias, perceptível principalmente na afirmação do caráter incompleto, aberto e politicamente negociável das identidades.

Toda prática social é, portanto, em uma de suas dimensões, articulatória (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 188). De modo mais claro, por este princípio, qualquer discurso político é sempre contingente e precário e sempre um produto da articulação, a qual não se dá de modo automático ou pré-concebido, visto que não há necessidade prévia para que ela aconteça. Disto sucede que o social é tomado por discursos que disputam entre si o caráter de verdade. Não havendo uma verdade final a ser alcançada, ou seja, não havendo uma "essência" propriamente dita, abre-se espaço para a contingência.

Para os fins propostos neste estudo, é central que apresentemos também a categoria de antagonismo. Ele se constitui a partir de duas lógicas a ele intrínsecas: a lógica da diferença e a lógica da equivalência. Começamos pela lógica da diferença. Laclau e Mouffe afirmam que os sujeitos ocupam *posições diferenciais* nos discursos, o que possibilita que os caracterizemos como particularidades. Entretanto, a existência de antagonismos sociais cria fronteiras internas na sociedade. Enquanto não articulada com outras identidades, essa particularidade mantém-se como uma identidade positiva. Porém, existindo um antagonismo interno que estabeleça uma barreira para mais de uma destas particularidades - como, por exemplo, um regime opressor - as diferentes particularidades passam a estabelecer uma *relação de equivalência entre si*, pois unem-se em oposição a um "inimigo" comum (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 40).

O antagonismo seria, então, o limite das relações de articulação dentro de uma prática articulatória. Neste processo, as identidades resultam modificadas. Porém, uma parte de seu sentido original permanece intacta, pois a lógica da equivalência não anula totalmente a identidade quando a modifica. Esta manutenção do sentido original é o que permite que determinada identidade participe de qualquer outro discurso no tecido social. Frente ao discurso que estabelece a lógica da equivalência, torna-se necessário que alguém represente a totalidade da cadeia (de equivalência), para além dos particularismos diferenciais ligados pelos laços de equivalência. Em dada situação, somente uma particularidade cujo corpo esteja "dividido", sem deixar de ser sua própria particularidade, pode transformar seu "corpo" na representação de uma universalidade que a transcende (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 40). Deve-se ter em mente que embora utilizemos termos

como "particularidade" e "sujeito", no âmbito da teoria do discurso, as formulações não dizem respeito ao indivíduo, mas sim à estrutura na qual este está inserido.

3 Discurso e ambiente virtual

Como mencionado no início do artigo, em nossa análise consideramos os discursos concernentes à nova direita brasileira no ambiente virtual, mais especificamente, na rede social *Facebook*. Ao optarmos pelo uso desta plataforma para nosso estudo, concordamos com o argumento de Kozinets (2014), segundo o qual o ambiente virtual é um local no qual a tecnologia não determina a cultura, uma vez que elas são forças codeterminantes e coconstrutivas (KOZINETS, 2014:28). Neste sentido, Marques (2016) reforça que ao abordarmos as relações *online*, deve-se evitar a ideia de que sites, blogs e redes sociais reconfiguram comportamentos e atitudes quase que automaticamente.

A importância de se contemplar estes espaços para a compreensão de fenômenos políticos vem sendo reforçada por diferentes aspectos. Por constituírem espaços de interação social no qual os usuários não apenas recebem as informações de forma passiva, mas são também agentes multiplicadores de conteúdo, a potencialidade de ação existente neste universo suscitou esperanças relativas à própria reconfiguração da democracia participativa (TORET, 2012; CARREIRO, 2012; CASTELLS, 2009). Segundo esta perspectiva, o uso de plataformas digitais apresenta-se como uma nova modalidade de participação política a ser explorada pela cidadania, despida das burocracias presentes nos mecanismos de representação política vigentes, cuja credibilidade é cada vez mais contestada.

Diferentes expressões foram adotadas para caracterizar a participação de cunho político no ambiente digital. A mais comum delas é a denominação de *ciberativismo*, a qual Silva (2014) conceitua como "uma expressão do uso politizado da tecnologia que revela potencialidades de envolvimento políticos mais participativos e horizontalizados em comparação ao modelo partidário de participação e representação política (SILVA, 2014:3). Neste sentido, Lattman-Weltman (2015) aduz a ideia de que as redes sociais

podem ser interpretadas como uma forma de "esfera pública digital"¹², de modo análogo ao experimentado nos primórdios da difusão espacial da imprensa no século XIX. Conforme argumenta, a expansão no acesso às plataformas digitais vem favorecendo a ampliação da participação argumentativa de um universo cada vez mais amplo e diversificado de indivíduos.

Todavia, as interpretações acerca da expansão do acesso a estes espaços de deliberação pública não devem ser restritos ao seu potencial papel agregador. Silva (2014) chama a atenção ao fato de que o contato direto entre cidadãos e representantes via *webpáginas* pode incidir no reforço do notório personalismo político brasileiro e, conseqüentemente, fomentar o desprezo pelas instituições intermediárias (SILVA, 2014, p. 4). Paralelamente, Lattman-Weltman (2015) indica os prováveis efeitos de polarização e radicalização que estes espaços viabilizam. Neste sentido, estudos recentes têm apontado a necessidade de se relevar um aspecto emergente nas discussões acerca do direcionamento de conteúdo nas plataformas digitais, que diz respeito aos algoritmos utilizados. O ponto levantado nestas discussões alerta para o fato de que os algoritmos empregados nestas plataformas tenderiam a influenciar o tipo de conteúdo ao qual se tem acesso (DEL VICARIO et al, 2016). Deste direcionamento resultaria o estímulo a adoção do viés de confirmação por parte dos usuários, que consiste em uma tendência à busca e interpretação de informações que confirmem percepções e crenças já assumidas.

A parte de estabelecer se as redes sociais constituem-se como ferramentas mais benéficas ou mais nocivas à consolidação democrática, resta indiscutível a importância de aprofundarmos a compreensão das dinâmicas existentes nesta plataforma, dada a expressão que esta possui na mobilização política. Pela própria dinâmica da vida moderna, na qual a linha que divide o mundo "*offline*" do "*online*" mostra-se cada vez mais indefinida, a complexidade cotidiana transposta para este ambiente permite que as análises realizadas captem uma riqueza de informações que passaria despercebida em outros

¹² No sentido habermasiano.

ambientes.

Feitas estas ressalvas, abordaremos a partir de agora a relação estabelecida entre os sentidos enunciados pelos diferentes discursos por nós analisados no ambiente digital, a forma como estes se articularam e sua relação com a mídia tradicional.

4 Considerações metodológicas:

Para a análise proposta, foram consideradas todas as postagens realizadas nas páginas oficiais dos três grupos na rede social Facebook durante o período que abrange dezembro de 2015 até agosto de 2016. Ao total, foram catalogadas 4674 postagens, distribuídas conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 1 – Quantidade de postagens coletadas nas páginas oficiais dos movimentos no período analisado

| | Dez | Jan | Fev | Mar | Abril | Mai | Jun | Jul | Ago | Total |
|------------|-----|-----|-----|-----|-------|-----|-----|-----|-----|-------------|
| MBL | 224 | 193 | 148 | 219 | 243 | 187 | 231 | 239 | 247 | 1931 |
| VRB | 173 | 157 | 132 | 136 | 185 | 143 | 155 | 207 | 216 | 1504 |
| MEB | 143 | 137 | 97 | 114 | 156 | 119 | 126 | 184 | 163 | 1239 |

Fonte: Elaboração própria.

Primeiramente, as postagens coletadas foram sistematizadas em uma tabela no *Microsoft Excel*, observando-se o formato do texto, data da postagem, palavras-chave. Quando se tratou de vídeos, os mesmos foram transcritos para facilitar a análise posterior. As imagens, por sua vez, foram salvas em separado para comporem as observações na segunda etapa.

O segundo passo consistiu em importar a tabela e as imagens para o software

NVivo-QSR Internacional. A utilização do software, nesse momento, foi de especial importância pelas ferramentas de análise que ele propicia quando da realização de pesquisas de caráter qualitativo. Através de uma ferramenta denominada nós ou *nodes*, foram criadas categorias de análise que tinham por condão esclarecer os temas chaves de cada postagem analisada.

A criação de tais categorias se deu de forma espontânea, obedecendo aos sentidos articulados nos discursos dos movimentos. A alta recorrência de sentidos em torno da mídia fez com que as pesquisadoras criassem um nó específico para tratar do tema, classificando ali todos os sentidos que constituíram a cadeia de significações sobre o tema no período.

Aproximando o material classificado da teoria utilizada, o terceiro passo da pesquisa constituiu na identificação dos sentidos que constituíram a compreensão dada pelos movimentos à temática imprensa. A análise buscou verificar não só como o contexto discursivo codificou o significante, como também se houve deslizamento de sentidos (ou seja, modificações na forma como o significante foi compreendido). Os resultados de tal investigação segue exposto no tópico abaixo.

5 O discurso da mídia e os sentidos atribuídos pelos movimentos

Antes de adentrarmos na análise destas postagens, trazemos um breve panorama sobre os posicionamentos destes movimentos quanto à visibilidade que suas manifestações e temáticas receberam por parte da mídia tradicional nas primeiras manifestações por eles organizadas.

Ao longo do ano de 2015, ocorreram diversas manifestações no Brasil, questionando principalmente a lisura do pleito para a presidência da República que ocorreu no ano anterior e a gerência dos representantes eleitos sobre as políticas econômicas e sociais de competência do governo federal. Segundo Tatagiba, Teixeira E Trindade (2015), essas foram as primeiras manifestações com um caráter mais à direita desde o período da democratização que conseguiram atingir diversos segmentos sociais

unificados em torno de um discurso anti-governista, potencializado após o recebimento do pedido do *impeachment* da então Presidente Dilma Rousseff pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, em dezembro de 2015.

As manifestações, que inicialmente apresentavam múltiplos sentidos compartilhados em torno do antagonismo ao governo petista, assumiram um caráter focal em torno do discurso do *impeachment* de Dilma Rousseff no segundo semestre de 2015. Eis que, por encomenda do partido tucano, os juristas Janaína Pascal, Hélio Bicudo e Miguel Reale Junior deram início a investigações sobre a política econômica do governo Dilma, concluindo pela possibilidade dela ter incidido em crime de responsabilidade e, por conta disso, poder ser definitivamente afastada de seu cargo.

A notícia causou um grande impacto nos movimentos de rua - a destacar o Movimento Brasil Livre, Endireita Brasil e Vem pra Rua - que compartilhavam da ojeriza às diretrizes do governo petista e que buscavam, à época, mecanismos de reduzir a influência decisória da Presidente por meio da agitação popular. Por conta disso, o apoio e a cobertura da imprensa se tornaram fundamentais para que os movimentos atingissem seu objetivo final: o processamento e condenação de Dilma Rousseff.

Na disputa pela melhor retórica em torno do *impeachment*, se formou um instigante jogo de interesses entre os principais veículos de comunicação e as lideranças dos movimentos. As Organizações Globo e a Folha de São Paulo, por exemplo, se mostraram, no início do processo de *impeachment*, temerosas com a instabilidade política que o recebimento da denúncia poderia gerar e desmotivaram o prosseguimento do processo. Tal posicionamento foi amplamente denunciado pelos movimentos à época.

O repúdio às organizações Globo adquire novos contornos no dia 07 de agosto de 2015. O Jornal "O Globo" denunciou os acordos políticos que estavam acontecendo entre os partidos sub-representados na Câmara dos Deputados e partidos opositores do governo - sob comando do PSDB - e a influência do então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, na agenda de votação da Casa Legislativa, como manobra

para o arquivamento das denúncias em seu nome, desencadeadas pelos resultados das investigações realizadas no âmbito da Operação Lava-Jato. O jornal conclui que:

É preciso entender que a crise política, enquanto corrói a capacidade de governar do Planalto, turbinou a crise econômica, por degradar as expectativas e paralisar o Executivo. Dessa forma, a nota de risco do Brasil irá mesmo para abaixo do “grau de investimento”, com todas as implicações previsíveis: redução de investimentos externos, diretos e para aplicações financeiras; portanto, maiores desvalorizações cambiais, cujo resultado será novo choque de inflação. Logo, a recessão tenderá a ser mais longa, bem como, em decorrência, o ciclo de desemprego e queda de renda. Tudo isso deveria aproximar os políticos responsáveis de todos os partidos para dar condições de governabilidade ao Planalto (O GLOBO, editorial de 07 de agosto de 2015).

Seguindo a linha do editorial, o Jornal Nacional daquela noite exibiu uma reportagem na qual a Presidenta Dilma Rousseff se defende das acusações opositoras e garante que possui condições de governar o país e de sanar a crise institucional que havia se dado pela migração de partidos da base aliada para a oposição consubstanciada pela legitimidade dos votos que a elegeram.

O posicionamento público das organizações em prol da estabilidade política foi recebida com ojeriza pelas lideranças do movimento, que classificaram o trabalho jornalístico como “um lixo, o principal culpado pela ignorância da população brasileira e por todas as mazelas do país” (Movimento Brasil Livre, agosto de 2015). Com base no posicionamento da imprensa, eles solicitaram a presença de todos na manifestação de agosto de 2015, visto que seu discurso ainda se colocava contra os interesses da elite nacional (ibidem).

Tal manifestação - assim como a ênfase que a Rede Globo deu à tal resposta - foi recebida com reprovação pelos movimentos que defendiam a saída da Presidente. Desde o ano anterior, eles disputavam - em relação antagonística com os defensores do governo - que a eleição da então Presidente foi fraudulenta e que ela não tinha legitimidade para ocupar o cargo. Ter seu principal argumento refutado colocava a maior emissora do país na condição de inimiga, e os movimentos passaram a se articular, em relações de equivalências, na construção de uma visão crítica a respeito da parcialidade do órgão de

comunicação. Nesse sentido, foram compartilhadas nas redes sociais diversas informações vinculando a grande imprensa com a implementação de uma ditadura comunista no país, segundo as quais ela seria a principal responsável pela continuidade do Partido dos Trabalhadores no poder e as consequências desastrosas da implementação dessa política.

A visão sobre os meios de comunicação - expresso principalmente em cartazes contrários a organização Globo - persistiu nos demais atos realizados ao longo de 2015. Nem mesmo após o recebimento do pedido de *impeachment*, no início do mês de dezembro, houve aproximação entre o discurso dos movimentos e das organizações Globo. Tal controvérsia resta evidenciada no tratamento que a imprensa deu aos grandes atos que ocorreram nas principais cidades do país no dia 13 de dezembro de 2015, motivados pela decisão do Supremo Tribunal Federal em determinar que a admissibilidade do pedido de cassação da Presidente deveria ser apreciada nas duas Casas Legislativas. Visando tornar o processo mais simples e mais célere, os movimentos defendiam a ideia de que o pedido deveria ser recebido somente na Câmara dos Deputados, cabendo ao Senado a tarefa exclusiva de julgar a existência - ou não - de crime de responsabilidade. Diante da omissão legislativa, a Casa Suprema de Justiça determinou que a admissibilidade do pedido deveria ser apreciado duas vezes: uma na Câmara dos Deputados e outra no Senado Federal. Tal entendimento desagradou os movimentos, que imediatamente se unificaram para chamar um grande ato designado para o dia 13 de dezembro de 2015. As organizações Globo prontificaram-se em fazer a cobertura das manifestações, mediante a exibição em tempo real dos atos e discursos das principais lideranças dos movimentos.

A despeito do acordo firmado, no dia das manifestações a programação televisiva seguiu o roteiro tradicional, dando pouco - ou nenhum - espaço para os atos realizados. Jornais de ampla circulação - como a Folha de São Paulo - fizeram pequenas matérias dizendo que os atos resultaram em um grande fracasso e que havia pouca mobilização popular requerendo a saída da Presidenta. O jornalista Chico Pinheiro, âncora do Jornal Bom Dia Brasil, chegou a afirmar em seu perfil no *Twitter* que o *impeachment* era golpe e

que o Congresso Nacional não tinha idoneidade moral para condenar a petista.

A reação dos movimentos foi imediata. Os meios de comunicação foram acusados de firmarem acordos imorais e ilícitos entre a cúpula petista e seus representantes do Judiciário, colaborando e se favorecendo de práticas corruptivas. Em 14 postagens realizadas entre os dias 13 de dezembro e 31 de dezembro de 2015, o Movimento Brasil Livre vinculou a imagem da imprensa enquanto parcial, pouco reflexiva e afeita a filiações ideológicas em detrimento de um jornalismo imparcial de boa qualidade. O Movimento Endireita Brasil, por sua vez, considerou a Rede Globo como uma das cinco piores invenções nacionais e responsável pelo maior desserviço informativo do país, por meio do compartilhamento de 5 postagens no mesmo período. Aproximando-se dos demais movimentos, o Movimento Vem pra Rua classificou a imprensa como alienada, parcial e burra, através do compartilhamento de 12 postagens neste intervalo.

A divergência de interesses entre os sentidos compartilhados pela imprensa e os movimentos era bastante nítida na época. A perseguição à Rede Globo - utilizando-se do velho chavão da esquerda "manipuladora" - e a outros órgãos de imprensa bastante tradicionais - destacando-se a Folha de São Paulo - era expresso por meio do compartilhamento de postagens de tom pejorativo, vinculando o texto jornalístico ao financiamento partidário. A título de exemplo, destacamos a postagem do Movimento Brasil Livre e compartilhada pelos demais movimentos, que dizia o seguinte texto: *"Você daria dinheiro para o PT? Não? Então por que você continua assinando a Folha?"*

A cobertura que os meios de comunicação faziam das manobras políticas em meio ao recesso forense, que foi até o fim do mês de fevereiro de 2016, eram recebidas com ressalvas pelos movimentos, que não raro compartilhavam uma foto da capa do jornal com correções de conteúdo realizadas sob ela em tinta vermelha, objetivando demonstrar o jogo de interesses da imprensa e um eventual vínculo dela com o Partido dos Trabalhadores.

Porém, tal visão passou a se modificar conforme a mudança de posicionamento de

segmentos da imprensa. Mediante o prosseguimento do processo de *impeachment* e o apoio de significativa parcela da classe política, os movimentos designaram importantes atos para os dias 13 de março e 16 de abril de 2016. Eles receberam ampla cobertura televisionada, com interrupção na programação normal de domingo do canal para mostrar as manifestações nas diferentes capitais e enfatizar o apoio popular ao *impeachment* de Dilma. Igual atenção recebeu a votação da Câmara dos Deputados acerca da admissibilidade do pedido, ocasião na qual a Rede Globo interrompeu novamente a programação habitual para transmitir, ao vivo, a decisão de cada parlamentar.

A mudança do enfoque midiático, que passou a tratar os movimentos enquanto sujeitos políticos significativos e trouxe maior visibilidade para a crise política, fez com que houvesse recuo nas críticas dirigidas às organizações Globo. Ao longo dos meses de abril, maio, junho e julho não há nenhum registro sobre a existência de uma crítica direta a qualquer meio de comunicação vinculado às Organizações Globo.

A aproximação entre os movimentos e o veículo jornalístico restou evidenciada na cobertura dispensada nos atos que ocorreram no dia 31 de julho de 2016, requerendo a condenação da Presidente Dilma Rousseff no Senado Federal. Os atos foram transmitidos na televisão aberta em tempo real, por meio de plantões jornalísticos entre a programação habitual de domingo. Os canais pagos fizeram uma ampla cobertura, acompanhando as movimentações desde a sua organização até a dispersão final.

A cobertura dos eventos seguintes seguiram amplamente divulgados pelos veículos de comunicação. Quando da investigação das postagens realizadas pelos movimentos no que diz respeito a este período, verifica-se que a imprensa passou de mentirosa a fonte idônea, visto que as matérias oriundas dos jornais antes criticados foram compartilhadas como fontes sem que fosse dispensada nenhum comentário sobre a veracidade ou não daquilo que fora alegado.

Em relação ao jornal Folha de São Paulo, contudo, a interpretação é diferente. Os movimentos acusam o jornal de reduzir a dimensão das manifestações organizadas por

eles e de enfatizar os atos organizados pelos defensores do Partido dos Trabalhadores. O jornal é significado como um panfleto esquerdista mal embasado, que dá ouvidos somente a “semi-intelectuais” e totalmente descomprometido com a verdade, com a democracia e com o desenvolvimento nacional. Há um constante incentivo para que os seguidores dos movimentos deixem de comprá-lo ou assiná-lo, sugerindo o boicote como medida indispensável para conter a propagação da ideologia de esquerda. Das 134 postagens concernentes a mídia tradicional realizadas pelos movimentos entre os meses de abril até agosto de 2016, 78 (58%) tinham por objeto questionar a qualidade jornalística das matérias divulgadas pela Folha, arguindo que o conselho editorial proibia que fossem publicadas matérias que prejudicassem a imagem petista, apontado como seu principal patrocinador.

Disso se depreende que a imagem que os movimentos tinham da mídia não é uniforme e varia de acordo com os interesses defendidos por elas. Enquanto a Rede Globo se mostrava resistente ao *impeachment* da Presidenta Dilma, ela recebeu diversas críticas por parte das lideranças do movimento. Quando essa compreendeu que o afastamento da candidata petista era inevitável e concedeu maior cobertura para os atos realizados pelos movimentos, ela passou a ser mais bem vista. A Folha de São Paulo, por se manter alheia aos interesses dos movimentos, foi vista com maus olhos.

Tais mudanças de perspectivas, a partir da teoria do discurso proposta por Laclau e Mouffe (2015), podem ser explicadas pelo corte antagônico que se estabelecia no discurso nacional à época. O campo discursivo político estava dividido em dois polos, estando, de um lado, os defensores da legalidade do *impeachment*, de outro, aqueles que consideravam que o pedido resultava de medida persecutória à Presidente e não deveria prosperar, uma vez que os próprios deputados, que exerceriam a função de julgadores, estavam sendo investigados pela prática de crime de corrupção. Essa divisão do campo, no qual dois lados defendem concepções distintas, caracteriza o que os autores supracitados denominam corte antagônico ou antagonismo.

Em meio à bipolarização do campo, coube aos órgãos de imprensa posicionarem-

se. Inicialmente, as Organizações Globo requereram prudência aos partidos de oposição, compartilhando os sentidos discursivos emanados entre os que defendiam a permanência de Dilma Rousseff na chefia do Poder Executivo. Tomando-se o arcabouço interpretativo fornecido pela teoria do discurso, entendemos que existem posições diferenciais articuladas nos discursos da Rede Globo, dos movimentos sociais, do Partido dos Trabalhadores e dos sindicatos. Isso se torna possível mediante as relações de equivalências, derivadas, por sua vez, do antagonismo que os articula contrariamente a um inimigo comum (nesse caso, materializado no discurso pró *impeachment*). Desta forma, estes sujeitos, ainda que tradicionalmente divergentes em seus posicionamentos, podem compartilhar de sentidos discursivos comuns, como a permanência da candidata petista em seu cargo até o fim do mandato pelo qual ela foi eleita, por exemplo.

Contudo, o discurso não é imutável nas condições de tempo/espço. Interesses difusos fizeram com que houvesse uma modificação no discurso da Rede Globo, de tal forma que a relação de equivalência que ela havia mantido com os defensores de Dilma se desfez para se tornar uma relação de diferença. Os meios de comunicação passaram a compartilhar o processo de significação do *impeachment* como significavam os defensores da cassação da Presidente, movendo-se para o outro polo da relação antagônica. Tal mudança é identificada quando da observação do discurso dos próprios movimentos estudados, visto que é nítida a alteração na forma com que eles significaram a mídia ao longo do período do processo.

Em relação à Folha de São Paulo, contudo, não se verificou uma variação de seu posicionamento no polo antagônico. Por conta disso, houve uma tentativa constante de deslegitimar o formato jornalístico do veículo, vinculando-o a um discurso de esquerda, descomprometido com os valores da liberdade de expressão e do desenvolvimento nacional.

Disso decorre que os movimentos não veem a imprensa enquanto uma construção uniforme e desprovida de interesses. Eles vem a denunciar que o processo de formação de opinião é parcial e atende a interesses específicos. Vinculados a concepção ideológica

centrada mais à direita, há um comprometimento com a defesa de valores jornalísticos centrados na liberdade de expressão e que se preocupem em denunciar as mazelas do excesso de intervenção estatal na vida dos sujeitos, bem como na desconstrução da imagem dos meios de comunicação que não se coloquem de acordo com os interesses defendidos. Nesse contexto, as redes sociais assumem o papel de fontes de informação alternativas e mais idôneas, uma vez que não estariam atreladas à interesses financeiros, contrapondo-se assim aos meios tradicionais de mídia.

Considerações finais

Valendo-se da teoria do discurso proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, desenvolveu-se a presente investigação objetivando-se identificar os sentidos compartilhados entre os Movimentos Vem pra Rua, Endireita Brasil e Brasil Livre em relação à imprensa tradicional nacional, destacando-se os jornais O Globo e Folha de São Paulo. Considerando a instabilidade política do país - antagonizado entre os discursos dos defensores da representante petista e os discursos dos opositores - não se pode afirmar que a identidade dos movimentos e dos órgãos de imprensa tenha se constituído de forma linear e coerente.

Desde o resultado das eleições de 2014, que elegeu Dilma para a chefia do Poder Executivo, os movimentos estudados articularam-se em torno do discurso que questionou a lisura do pleito e a legitimidade da candidata em permanecer no poder após 12 anos de governo petista. A defesa de tal posicionamento norteou a atuação das lideranças dos movimentos, e foi razão principal para a tomada das ruas no ano de 2015.

A instabilidade institucional gerada pelo questionamento da legitimidade da recém eleita Presidenta foi recebido com ressalvas pela comissão editorial do Jornal O Globo. Tal entendimento foi muito criticado pelos movimentos, que passaram a questionar a legitimidade dos jornalistas e vinculá-los a uma imagem de um órgão difusor da ideologia de esquerda.

Com o aumento das manifestações e o apoio de diversos segmentos ao pedido de

impeachment, a Rede Globo reconsiderou seu posicionamento e fez uma grande cobertura de todos os eventos que resultaram no afastamento de Dilma. A Folha, contudo, manteve seu posicionamento até o final do processo. Por conta disso, houve uma tentativa constante de deslegitimar o formato jornalístico do jornal, vinculando-o a um discurso de esquerda, descomprometido com os valores da liberdade de expressão e do desenvolvimento nacional.

Disso decorre que a relação estabelecida entre os movimentos e a imprensa é de constante renegociação dos papéis assumidos, visto que as eventuais alianças ou diferenças se dão de acordo com os interesses defendidos por cada um deles. Nesse sentido, há de se frisar que a imprensa não mais assume o papel imparcial de difusão de informação, estando sempre vinculada à defesa de um interesse específico, de uma determinada visão de mundo e, conforme a teoria do discurso, de uma ideologia que disputa sua constituição enquanto verdade final.

Referências

BAQUERO, Marcello. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, 192p.

_____. Os desafios na construção de uma cultura política democrática na América Latina: estado e partidos políticos. In: BAQUERO, M. **Cultura política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994, p. 26-41.

CARREIRO, Rodrigo. O espaço local e o estudo dos ganhos democráticos via participação política online. In: **Teoria e Pesquisa**. São Carlos: UFSCar, v. 21, n. 2, p. 108-122, jul/dez 2012.

CASTELLS, Manuel. **Comunicación y Poder**. Madri: Alianza Editorial, 2009.

DEL VICARIO, M; BESSI, A; ZOLLO, F; PETRONI, F; SCALA, A; CALDARELLI, G; STANLEY, H. E; QUATTROCIOCCI, W. The Spreading of misinformation online. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**. Washington, vol. 113, nº. 3. 2016, p. 554-559.

JORNAL O GLOBO. **EDITORIAL**: Manipulação no Congresso ultrapassa limites. Publicado em: 07 de agosto de 2016. Disponível em: http://oglobo.globo.com/opiniao/manipulacao-do-congresso-ultrapassa-limites-17109534?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhar. Acesso em março de 2017.

KOZINETS, Robert. V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Tradução Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2014. 203p.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantall. **Hegemonia e estratégia Socialista: Por uma política democrática radical**. Brasília: Editora Intermeios, 2015, 287 p.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Democracia e revolução tecnológica em tempos de cólera: Influência política midiática e radicalização militante. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 2015, Rio de Janeiro. **Anais**: Compolítica, 2015.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 10, nº 29. 1995, pp 5-34.

MENDONÇA, Daniel. RODRIGUES, Léo Peixoto. In: MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo Peixoto (Orgs). **Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau**. 2ed - Porto Alegre: EdIPUCRS, 2014, 212p.

MUDDE, Cas. **Populist Radical Right Parties in Europe**. Cambridge: Cambridge University

Press. Cambridge, UK, 2007, 404p.

PINTO, Céli R. J. Elementos para uma análise de discurso político. Santa Cruz do Sul: Barbarói, nº 24, 2009, p. 78 – 109.

SILVA, R. B. Mídias sociais e política: os partidos no Facebook. **ALCEU**, Rio de Janeiro, vol. 14, nº 28. Jan/jul, 2014, p. 2002-223.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo: Reforma gradual e pacto conservador**. Cia das Letras, São Paulo, 2012, 280p.

TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A, TRINDADE, T. Protestos à Direita no Brasil. In: **Direita, Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. Sebastião Velasco e Cruz; André Kaysel; Gustavo Codas (Orgs). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p.197-213.

TORET, J. Um olhar tencopolítico sobre os primeiros dias do #15M. In: COCCO, G. E ALBAGLI, S. **Revolução 2.0 e a crise do capitalismo global**. Garamond, Rio de Janeiro. 2010, p. 138-150.



REVICE - Revista de Ciências do Estado
ISSN: 2525-8036
v3.n.1 JAN-JUL.2018
Periodicidade: Semestral

seer.ufmg.br/index.php/revice
revistadece@gmail.com

BARON, Letícia; LUZ, Michele Diana da. Redes sociais e mídia tradicional: disputa e articulação na significação do impeachment de Dilma Rousseff.
Data de submissão: 15/03/2017 | Data de aprovação: 05/06/2018

A REVICE é uma revista eletrônica da graduação em Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais.

Como citar este artigo:

BARON, Letícia; LUZ, Michele Diana da. Redes sociais e mídia tradicional: disputa e articulação na significação do impeachment de Dilma Rousseff. In: Revive - Revista de Ciências do Estado, Belo Horizonte, v.3, n.1, p. 366-388, jan./jul. 2018.